

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. CAPITÃO ALBERTO NETO)

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por aquele regime não é segurado obrigatório em relação a essa atividade, não incidindo sobre sua remuneração as contribuições de que trata esta Lei, para fins de custeio da Seguridade Social; e revoga o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguinte alterações:

“Art.

12 .....

*§ 4º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime **não** é segurado obrigatório em relação a essa atividade, não incidindo sobre **sua remuneração as contribuições de que trata esta Lei, inclusive as devidas pelo empresa ou empregador, para fins de custeio da Seguridade Social.***

.....” (NR)

“Art. 22 .....

*§ 17 As contribuições de que tratam os incisos I a III não incidem sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título ao aposentado de que trata o § 4º do art.12 desta Lei.” (NR)*

“Art.

24 .....

.....

.

*§ 2º A contribuição de que trata o caput deste artigo não incide sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título ao aposentado de que trata o § 4º do art.12 desta Lei.”*

Art. 2º Revoga-se o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A cobrança obrigatória de contribuição previdenciária sobre os rendimentos dos aposentados que retornam ao mercado formal de trabalho é um tema bastante polêmico.

Primeiramente, porque a legislação anterior buscou garantir uma contrapartida para essa contribuição, na forma do pecúlio que foi extinto em 1994. E, quando da sua extinção em abril de 1994, a contribuição deixou de ser cobrada por 1 ano, sendo retomada apenas a partir da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, que inseriu o § 4º no art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que ora propomos seja alterado.

Certamente, essa regra é bastante injusta, em especial tendo-se em conta que esse segurado que retorna ao mercado de trabalho e deve obrigatoriamente contribuir não tem sequer o direito a receber auxílio-doença da previdência social e outros benefícios, mas apenas direito ao salário família e à reabilitação profissional, consoante restrição imposta pelo § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Em face de não haver a necessária contrapartida pela natureza contributiva do sistema de previdência social, diversas demandas foram dirigidas ao Poder Judiciário que, em muitos casos, assegurou o recálculo das aposentadorias daqueles que retornam ao mercado de trabalho. No entanto, tal entendimento foi contido pelo Supremo Tribunal Federal, em tema de repercussão geral, que julgou constitucional a norma que trata das regras previdenciárias definidas para o aposentado que retorna à atividade.

Mais recentemente, o Poder Judiciário determinou que não fosse descontada a contribuição de uma segurada aposentada, bem como que lhe fossem devolvidos os valores retidos de contribuição previdenciária após sua aposentadoria.

Julgamos que a retenção obrigatória da contribuição previdenciária do segurado aposentado, que por sua natureza deveria oferecer benefícios em contrapartida, se assemelha a um confisco. Sabemos que o sistema previdenciário é solidário, o que significa que um determinado segurado pode vir a contribuir proporcionalmente mais do que outro, mas não se pode admitir que sua contribuição não lhe traga qualquer retorno em benefícios do seguro social.

E esse entendimento de que a contribuição previdenciária deve necessariamente garantir benefícios a quem contribui está expresso na própria Constituição Federal, que em seu art. 201, § 11, assim determina: “Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, **serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios**, nos casos e na forma da lei”. Note-se que essa repercussão em benefícios não ocorre para o aposentado que permanece trabalhando.

Por essa razão, contamos com o apoio dos ilustres pares para corrigir essa enorme injustiça que vem sendo perpetrada desde a edição da Lei nº 9.032, de 1995, e que tanta confusão já promoveu e vem promovendo no âmbito de decisões judiciais sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2020.

Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO

